



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

Ano II - Nº 04 - Fevereiro de 2023

POLÍTICA OPERÁRIA

Posição do POR diante da tentativa de golpe de 8 de janeiro

A ameaça de golpe veio se gestando antes, durante e depois das eleições presidenciais. Bolsonaro, um grupo de militares de alta patente e parlamentares de sua base aliada não admitiram transferir o poder ao Lula e à frente ampla burguesa. O problema estava em arremessar forças na burguesia e na classe média, e contar com apoio externo de uma fração do imperialismo. O que não foi possível. O movimento articulado por poderosos setores burgueses e institucionais em torno à bandeira de “Defesa da Democracia e do Estado de Direito” indicou às Forças Armadas que não poderiam incentivar uma aventura golpista. Nesse mesmo sentido se pronunciaram as potências, sob a orientação dos Estados Unidos.

No entanto, a fração mais radical do bolsonarismo manteve o curso da contestação golpista. Embora a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro não tenha prosperado e se configurado como uma aventura, ficou ainda mais clara a debilidade do novo governo, que terá de lidar e conviver com conspiradores da ultradireita.

Somente a classe operária pode dirigir um movimento de maioria oprimida contra as posições e organizações da ultradireita, sem, por isso, deixar de lutar contra todas as variantes da política burguesa, que inclui o pseudorreformismo encarnado pelo PT. A Corrente Proletária na Educação/POR se coloca por libertar os sindicatos das direções que os submetem e os perfilam por detrás da governabilidade burguesa, em nome da “democracia”. Vencer o golpe significa, na prática, se opor à derrubada, pela via totalitária, do governo eleito, mas não significa, para a política do proletariado, sustentá-lo e nem deixar de combatê-lo sob a estratégia da revolução proletária.

Abaixo a tentativa de golpe de Estado! Pela luta independente da classe operária por seu programa e estratégia própria de poder! Constituir uma oposição revolucionária ao governo de Lula! ■

Assembleia Estatutária do SinTUFABC: é necessário rechaçar as reuniões, assembleias e eleições virtuais!

A assembleia de 2 de fevereiro foi convocada para modificar o estatuto do SinTUFABC. Uma das propostas, por exemplo, é a alteração do número mínimo necessário de membros para a formação de chapa para a eleição da diretoria. Há outras mudanças significativas sendo discutidas, mas, sem dúvida, a principal delas é a oficialização da virtualidade, por meio da institucionalização de reuniões, assembleias e eleições remotas.

A transformação de atividades presenciais em virtuais não é uma política nova no movimento dos trabalhadores, mas, no último período, principalmente diante da pandemia, se alastrou. As centrais sindicais e a quase totalidade dos sindicatos fecharam as portas das entidades na pandemia e passaram a implantar a virtualidade e a propagandear-la como algo inevitável. O movimento operário e popular foi jogado na paralisia, com apenas algumas exceções, quando a revolta instintiva dos trabalhadores teve de ultrapassar o imobilismo das direções. Foi o que se passou, por exemplo, com as manifestações motivadas pelo assassinato de George Floyd, nos EUA.

O teletrabalho, regime de trabalho em implantação, que divide e enfraquece a categoria, além de prejudicar o funcionamento da universidade e seu caráter de serviço público, não pode ser justificativa para institu-

cionalizar a virtualidade no SinTUFABC. Todas as medidas necessárias para que os trabalhadores que estão sob esse regime participem das instâncias presenciais do sindicato devem ser garantidas pela direção, a exemplo da convocação com antecedência das atividades, entre outras.

É preciso ter claro que a virtualidade nunca serviu para fortalecer os sindicatos e ampliar a participação real dos trabalhadores. Ao contrário, dissipa a força coletiva dos trabalhadores, os atomiza, individualizando-os em suas casas. Ou seja, é incapaz de erguer a força coletiva social necessária para conquistar as reivindicações, por meio dos métodos próprios dos trabalhadores, da ação direta, das manifestações de rua, piquetes, ocupações, greves, etc.

Ao atomizar os trabalhadores, a virtualidade descaracteriza a natureza da atividade sindical, que consiste em discutir, decidir e executar coletivamente. No modo remoto há uma cisão nesse processo. Aqueles que estão no remoto apenas decidem, mas não executam. Isso quando podem realmente decidir e intervir, pois a própria democracia fica em xeque. No ambiente remoto, a direção tem a seu favor todos os recursos para coibir a participação e intervenção de pessoas ou posições divergentes. A democracia operária fica comprometida. E não nos engane-

Continua →

mos: esse tipo de veto político já vem sendo praticado em outros sindicatos!

Outro problema é que nas atividades virtuais, e mesmo nas híbridas, a segurança de quem participa fica comprometida, pois essas formas facilitam aos organismos de repressão o acesso e o registro das informações, discussões e decisões dos organismos dos trabalhadores, colocando em risco os lutadores que se destacam na defesa da luta independente.

Mesmo as eleições remotas são perigosas, pois a pessoalidade e o sigilo ficam comprometidos. Nesse meio, o controle da lisura do processo eleitoral é dificultado. Fora isso, o problema central é a desvinculação do processo eleitoral em relação ao movimento vivo, enfraquecendo a ação política da vanguarda desde o local de trabalho. Uma direção classista não realiza as eleições sindicais como um mero processo de

escolha, e sim como uma ferramenta de politização e de mobilização.

Trabalhadores, esses são apenas alguns dos pontos que demonstram como a virtualidade é contrária à nossa organização. Temos de defender as reuniões, assembleias e eleições presenciais! Implantar a virtualidade significa abrir mão de um sindicato classista, que tem como função organizar a luta coletiva para enfrentar os patrões e os governos, que atacam a educação pública e o funcionalismo diuturnamente.

Votemos contra as reuniões, assembleias e eleições remotas!

Em defesa da organização e métodos próprios dos explorados! ■

Discutir e preparar, antes de mudar o estatuto

Vemos o reconhecimento estatutário das atividades virtuais como a principal proposta de mudança, a qual, se aprovada, colocará em xeque o caráter classista que deve ter o sindicato, por isso nos dedicamos a combater principalmente essa proposta. No entanto, as demais mudanças também devem ser consideradas. Além dos problemas relativos à virtualidade, observamos problemas em outras propostas.

Uma delas é a inclusão de artigos no item “sanções disciplinares”. A nosso ver, as propostas de acréscimo são genéricas. Pelas propostas, qualquer associado que pratique “qualquer desrespeito (...) contra qualquer membro da categoria ou da classe trabalhadora” está sujeito a suspensão, exclusão e/ou perda de mandato. O que é “qualquer desrespeito”? Em “qualquer membro da categoria ou da classe trabalhadora” estão incluídos os burocratas e reacionários? Pela proposta, as sanções seguem sendo submetidas a uma assembleia, que formará uma comissão para averiguar os fatos e posteriormente ter uma decisão da assembleia. Porém, toda mudança estatutária deve ser amplamente discutida com a categoria, devemos ser cuidadosos com mudanças no estatuto. Ressalta-se ainda que o artigo citado faz referência aos associados em geral, e não exclusivamente à diretoria sindical.

Outra proposta que aparece é a exigência de no mínimo 40% de mulheres nas chapas e na Coordenação Executiva. Trata-se de uma tentativa de resolver um problema político, da baixa participação de mulheres

na vida sindical, por meio de uma medida administrativa. O que pode acarretar em um artificialismo e em distorções. Propõe-se que cada chapa respeite o percentual mínimo de mulheres na indicação proporcional, ou seja, se uma chapa elege uma única pessoa, necessariamente deverá indicar uma mulher, o que implica ingerência sobre a chapa, retirando sua autonomia. A cláusula transitória, de que esse critério só será válido a partir de 2024, e não desde já, indica a incoerência da proposta.

Devemos fazer a luta política para que mais companheiras participem ativamente da vida política e sindical. Para isso, precisamos de um sindicato classista, que convoque as companheiras à luta, a que tomem a frente das atividades. Temos a certeza de que as lutadoras em movimento serão uma fonte enorme de energia, dedicação e classismo.

Por essas questões, compreendemos que a assembleia deve focar no essencial, e não aprovar já uma grande mudança no estatuto. Se há um histórico recente de pouca participação, deve-se tentar resolver o problema, objetivando garantir o funcionamento do sindicato, sem, no entanto, abrir mão dos métodos próprios dos trabalhadores. Promover discussões para amadurecer as futuras propostas de mudanças serve a esse objetivo. Rejeitar a dispersão dos trabalhadores na virtualidade também é fundamental nesse sentido. ■

PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA

A guerra vai completar um ano. Os Estados Unidos e os aliados europeus aumentam a escalada militar. Há o perigo da guerra se expandir para a Europa. A classe operária mundial deve estar contra a guerra de dominação, lutar pelo seu fim e por uma paz sem anexação.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

